



Anais da Assembléia

Nº 158

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 25 DE SETEMBRO DE 1997

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI
4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado VALDIR ROSSONI
PDT	Deputado WALMOR TRENTINI
PTB	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
PMDB	Deputado ORLANDO PESSUTI
PFL	Deputado ELIO RUSCH
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PT	Deputado PERICLES H. MELLO
PPB	Deputado AUGUSTINHO ZUCCHI

Representação Partidária

PDT - 11: Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Julio Ando - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni - Walmor Trentini; PMDB - 10: Claiton Kielse - José Durval Amaral - José Tavares - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Samis da Silva - Toti Colazzo; PSDB - 09: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - Carlos Simões - Cesar Silvestri - Edson Lino - José Maria Ferreira - Ricardo Chab - Sérgio Spada; PFL - 08: Basilio Zanusso - Elío Rusch - Hidekazu Takayama - Nelson Garcia - Plauto Miró - Remy Borsato; PPB - 06: Augustinho Zucchi - César Selame - Duffio Genari - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PTB - 06: Ademar Tralano - Anibal Khury - Eduardo Trevisan - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Alborghetti - Marquinhos Alves; PT - 05: Angelo Vanhoni - Emerson Nerone - Florivaldo Fier - Irineu Colombo - Pericles Mello; PL - 01: Horácio Rodrigues.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 96ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 1997
(QUINTA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e José Tavares.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Nei-vo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Angelo Vanhoni, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duffio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Tecchy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jólí Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Offício:

OFÍCIO

Sob o nº 189/97, do Senhor Governador do Estado, comunicando seu afastamento do País, no dia 26 do corrente mês, por algumas horas, com destino a Ciudad Del Leste, Paraguai e Puerto Iguazu, Argentina, durante a inauguração do sistema especial e temporário de transporte de passageiros, sob o modal de linha através de estações-tubo. Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2135

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado votos de pesar à família OGG, pelo falecimento do Senhor Luiz Aglair OGG, no Município de Irati.

À família enlutada, que Deus na sua infinita bondade dê forças e alento a todos, para que cada um continue no desempenho de suas atribuições nesta vida.

Sala das Sessões, em 25.09.97.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 2136

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado votos de pesar à família Langner, pelo falecimento da Senhora Carme-

lita Brandalize Langner, no Município de Irati.

A família enlutada, que Deus na sua infinita bondade dê forças e alento a todos, para que cada um continue no desempenho de suas atribuições nesta vida.

Sala das Sessões, em 25.09.97.

(a) TOTI COLAÇO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 488/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Rurais de Campo Largo - AGRO-CAMPO, com sede e foro no Município de Campo Largo - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.09.97.

(a) NEIVO BERARDIN

PROJETO DE LEI Nº 489/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedida licença remunerada, de noventa dias, para a servidora pública que adotar ou obtiver guarda judicial de criança de até um ano de idade, para ajustamento do adotado ao novo lar.

Parágrafo Único - No caso de criança com mais de um ano de idade, o prazo de que trata este artigo será de trinta dias.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.09.97.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

É notório o número crescente de crianças que são abandonadas, nos hospitais e nos orfanatos em todo o nosso País, a espera de adoção. Muitas pessoas, também, estão a procura destas crianças para trazê-las para o convívio de suas famílias.

A Constituição Estadual, no seu artigo 173, assim diz: "O Estado e os Municípios assegurarão, no âmbito de suas competências, a proteção e a assistência à família, especialmente à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice, bem como a educação do excepcional, na forma da Constituição Federal."

Nossa proposta tem a finalidade precípua de proporcionar à mulher e mãe servidora pública, o direito de ausentar-se do trabalho durante este período de adaptação, para facilitar esses primeiros contatos entre a criança e mãe adotiva, proporcionando tempo fundamental para a formação do caráter da criança, tão carente de amor e carinho.

PROJETO DE LEI Nº 490/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores e Amigos do Abranches e Vila Diana, com sede e foro nesta cidade e Comarca de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.09.97.

(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores e Amigos do Abranches e Vila Diana, entidade assistencial e com fins filantrópicos, fundada em 20 de novembro de 1983, com sede à Rua As-

sis Brasil s/nº, Bairro Abranches, devidamente documentada em Cartório de Registros de Títulos e Documentos desta cidade, com Diretoria constituída e novamente eleita em 01.05.97, dedica-se exclusivamente ao bem estar das famílias menos carentes e necessitadas do bairro e arredores.

A Diretoria atual e seus colaboradores vem desenvolvendo um trabalho digno e louvável em prol das crianças, famílias e demais pessoas carentes, com programações de bingos, distribuição de cestas básicas, medicamentos e principalmente educação familiar, direcionando estas famílias para que possam enfrentar as dificuldades diárias, para a manutenção de seus lares.

Esta entidade vem recebendo o apoio dos demais amigos e colaboradores no sentido de melhorar o atendimento destas famílias, principalmente nos dias de hoje, com a situação que atravessa nosso País.

Frente ao exposto, achamos por bem ser esta Associação de Moradores e Amigos do Abranches e Vila Diana merecedora da Utilidade Pública Estadual.

DECLARAÇÃO

Declaramos para todos os fins de direitos que se fizerem necessários, que a Diretoria da Associação de Moradores e Amigos do Abranches e Vila Diana, não percebe nenhum tipo de remuneração pelos trabalhos prestados nesta entidade assistencial e com fins exclusivamente filantrópicos.

E por ser verdade o acima citado, firmamos esta declaração para que surta os seus efeitos necessários.

Curitiba, em 22.09.97.

(aa) CÉSAR SELEME
DURVAL AMARAL
BETO RICHÁ

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - Passamos ao Pequeno Expediente.

Concedo a palavra ao Deputado Estadual pelo PMDB, Toti Colaço, e registro também com satisfação a presença do Deputado Federal José Janene, Presidente do PTB no Paraná.

O SR. TOTI COLAÇO - Senhor Presidente e Senhores Deputados. Apenas comunicar à Casa que durante este dia 23 e 24 nós estivemos em Brasília, através do Bloco Municipalista por deferência do nosso Presidente Deputado Anibal Khury, representando a Assembléia Legislativa. Um rápido relato dos nossos encontros e das Audiências que nós participamos em Brasília.

Dia 23 por volta das 14:30 horas, tivemos o encontro com os Deputados Federais, através da Associação Brasileira dos Municípios presidida pelo Edison Gasparim e também pelo representante do Bloco Parlamentar Municipalista na Câmara Federal, Deputado Luiz Carlos Hauly. Nessa reunião estiveram presentes Dr. Carlos Ivan representante do Tribunal de Contas da União, bem como representante do Ministério da Fazenda Celso Nakamura, mais o representante da Previdência Social, representantes de Assuntos Econômicos e também, outras lideranças de Órgãos do Governo Federal que participarão daquele encontro.

O assunto que tratamos naquela primeira reunião foi exatamente sobre os novos critérios para a distribuição do Fundo de Participação dos Municípios e também, do Fundo Nacional de Educação, aonde existe um Projeto de Lei da Deputada Federal Ester Grossi e o Fundo de Desenvolvimento Fundamental do Ensino é um Projeto de Lei que a partir do ano que vem possivelmente será formado este fundo em 15% do FPM, 15% do ICMS e 15% da Receita Própria. Com relação a este fundo haveremos nas próximas semanas trazer maiores detalhes a respeito deste Projeto de Lei, que tramita no Congresso Nacional.

No dia 24 às 10:00 horas, no dia seguinte, tivemos o encontro com o Senador Renan Calheiros e o assunto tratado ainda versou-se sobre o Fundo de Estabilização para que o Senador Renan Calheiros que é o redator no Senado pudesse excluir os municípios no que diz respeito ao

Fundo de Estabilização Fiscal. Seria exclusão de municípios.

E por volta das 11:30 horas, tivemos a audiência com o Presidente do Senado da República, o Senador Antônio Carlos Magalhães.

O assunto que tratamos com o Presidente do Senado é a renegociação das dívidas do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS e também do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, o FGTS, dos municípios.

O importante é ressaltar que nesse encontro com o Presidente do Senado ele fez comentário que tive o cuidado de anotar, e o comentário é do Presidente de Senado da República. Ele dizia aos Prefeitos que lá se encontravam e as demais Lideranças: de que muitas Prefeituras do nosso País encontrassem em sérias dificuldades financeiras em razão de tudo aquilo que já sabemos, o reajuste econômico, o repasse dos serviços dos Governos Estaduais, como também, do próprio Governo Federal, descentralizando os serviços e automaticamente centralizando os recursos. Porém, por outro lado, dizia o Presidente Antônio Carlos Magalhães que muitas Prefeituras estão em situações financeiras difíceis, em razão de um não bom gerenciamento público. Isto evidentemente, fez com que o Presidente da ABM, Edson Gasparini pudesse contestá-lo de imediato.

Também o assunto que discutimos durante esta nossa estada em Brasília no dia de ontem, foi exatamente com o Presidente, com o Líder ruralista, Deputado Marquizeili, do Estado de São Paulo, sobre endividamento agrícola, a famosa "securitização". E a informação que nós temos extra-oficial é que dia 30, agora de setembro, sairão os critérios para a rolagem da dívida desta 1ª parcela que vence no mês de outubro. Informava-nos o Deputado de que todos os agricultores deverão procurar agência bancárias aonde fez a sua securitização de sua dívida agrícola, aonde todos os securitizados poderiam fazer uma proposta de pagar, de rolar a sua primeira parcela, subdividindo-a em um, dois ou três pagamentos para os próximos anos, mas é um assunto que nós vamos tomar conhecimento a partir do dia 30, quando na verdade nós teremos concretamente o que, que a Comissão de Assuntos Econômicos do Governo Federal através do Banco Central poderá colocar para todos os agricultores do nosso País.

Aproveito no final dessas informações que repasso ao nosso Parlamento para conclamar aos representantes do Bloco Municipalista que na próxima semana, nós teremos uma reunião aonde formaremos uma comissão de no mínimo 3 Parlamentares, para que possamos estudar e colocarmos uma proposta em nome do Estado do Paraná, aonde se formará, aonde se discutirão os novos critérios para a repartição do Fundo de Participação dos Municípios Paranaenses. Automaticamente todos os municípios novos e atuais permanecem com os índices até o final do ano, mas a partir do próximo ano os municípios novos terão tratamento diferenciado, bem como os Municípios Mães com certeza terão, sem dúvida nenhuma, os seus índices alterados e automaticamente os recursos do Fundo de Participação dos Municípios também diminuídos em razão da divisão do seu território, através da criação de novos municípios.

Senhor Presidente, eram essas as informações que gostaria de repassar a Casa de Leis, nesta manhã de quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - Muito obrigado, Deputado Toti Colaço. Não havendo mais nenhum orador inscrito no horário do Pequeno e Grande Expediente. Passamos ao Horário das Lideranças, PTB, PMDB, PDT, PL, PSDB, PFL, PT, PTB, Liderança do Governo.

(Declinam)

Está encerrada a hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Cesar Seleme, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01
REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 234/97, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Alto Boqueirão - BENE, com sede e foro nesta Capital. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 82, de 27.05.97)

ITEM 02
REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 353/97, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Ação Social de Foz do Iguaçu - PROVOPAR. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 117, de 07.08.97)

ITEM 03
REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 383/97, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública a Associação da Escola de Campo - Casa Familiar Rural do Bairro dos França, com sede e foro no Município de Ortigueira. Aprovado. (Publ. no DA nº 123, de 19.08.97)

ITEM 04
REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 389/97, de autoria do Deputado Irineu Mário Colombo, que declara de Utilidade Pública o Grupo Teatral Mil Faces, com sede no Município de Medianeira. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 123, de 19.08.97)

ITEM 05
2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 244/96, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Escola Estadual Doutor Lamartine Rollo Soares, com sede e foro no Município de Loanda. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 06
2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 272/96, de autoria do Deputado Walmor Trentini, que declara de Utilidade Pública a Associação Comercial Industrial Agropecuária e de Profissionais de Paranaíba - ACIAP, com sede e foro no Município de Paranaíba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 07
2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 369/97, de autoria

do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação Ebenezer - AEDAEC, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 08
2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 370/97, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública o Grêmio de Radioamadores da Rodada Trem da Onze, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 09
2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 412/97, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Bairro Novo - Sítio Cercado, com sede e foro na cidade de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - Sobre a mesa, Requerimentos nºs, 2135 e 2136, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento do Deputado Orlando Pessuti, adiada a discussão, na forma regimental, no dia de ontem.

"Requer o envio de documento elaborado pelo DIEESE, referente as repercussões financeiras dos reajustes dos servidores públicos nível superior e tal, ao Governador do Estado".

O SR. TOTI COLAÇO (Para encaminhar) - Sr. Presidente, em razão da ausência do nosso Líder, Deputado Orlando Pessuti, gostaria de requerer a Mesa, com a aquiescência de V.Exª, para que esse requerimento pudessem ser adiado para segunda-feira, quando o nosso Líder estará presente e fará a defesa do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - Transfiro a votação deste requerimento para segunda-feira.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão marcando outra para segunda-feira, dia 29, à hora regimental com a seguinte

ORDEN DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 407/95, 312, 367 e 394/97.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 244/96.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 81/96, 018, 260 e 470/97.

Levanta-se a sessão.